



Produtos fitofarmacêuticos são a sustentabilidade da agricultura

// A Anipla debateu o futuro da agricultura num encontro no Estoril, em que foi destacada a importância dos fitofármacos para esta actividade, também se falou das condições de armazenamento destes produtos e foram feitos alertas para ilegalidades. *Sara Pelicano*

A importância dos produtos fitofarmacêuticos para a sustentabilidade da agricultura e como elementos que acarretam um elevado nível de protecção para a saúde humana, animal e do ambiente foi destacada por Paulo Lourenço, da Anipla – Associação Nacional da Indústria para a Protecção das Plantas, no simpósio A Agricultura Tem Futuro, que decorreu a 25 de Março no Estoril. A Anipla promoveu um evento similar no Porto e, nos dois encontros, estiveram reunidos 350 representantes de cerca de 180 entidades de várias áreas de actividade.

No encontro, o responsável da Anipla, entidade organizadora, alertou para as «pressões dos grandes grupos económicos», ao nível europeu, que dificultam a apresentação de novas soluções para a agricultura. «Há a preocupação de manter o que existe no mercado, mas a dificuldade de trazer novidades», disse. Paulo Lourenço mostrou-se ainda preocupado: «Como pode ser competitiva a agricultura com limitações dos factores de produção?» Defendeu, por isso, «um trabalho, em conjunto com todas as entidades que têm capacidade de decidir, junto do parlamento». Em representação da Groquifar – Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Far-

macêuticos, Miguel Reis trouxe para a discussão a visão da distribuição. Peremptório, afirmou que «na altura dos pesticidas ganhávamos dinheiro e, actualmente, nos fitofármacos perdemos». Os factores que condicionam a distribuição são diversos: começa pela legislação, que está sempre a mudar («quando nos estamos a adaptar a uma, surge outra»); a homologação também está em constante actualização, o que faz com que fiquem com produtos em stock; a dependência dos fornecedores, devido «à complexidade dos assuntos e ao apoio técnico». Em conclusão, Miguel Reis referiu-se ao sector como sendo um «mercado indisciplinado, com cada vez menos oferta de produtos, mas mais fornecedores (o que leva a uma concorrência desleal) e com falta de massa crítica».

No ano passado foi aprovada a Lei n.º 26, que foi sucintamente explicada por Paula Mourão, da Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV). «Um dos pilares desta lei é a formação a todos os níveis. Nesse sentido, o técnico responsável pela comercialização dos produtos deve ter formação superior em Ciências Agrárias e afins», disse. Na sua intervenção, alertou para a necessidade do correcto aprovisionamento dos produtos fitofarmacêuticos nos pontos de venda, que deve ser tida em consideração «pelo operador de vendas, mas também pelo técnico responsável». Paula Mourão pormenorizou alguns dos requisitos imprescindíveis para um armazém de fitofarmacêuticos: «Deve estar num local isolado, afastado pelo menos 10 metros de cursos de água; ter construção sólida; ter resistência ao fogo e física, com materiais incombustíveis; estar bem sinalizado; piso térreo, com boa acessibilidade; piso impermeável e bacia de retenção de líquidos; acesso reservado a pessoas habilitadas; tomada de água; extintor de incêndio e Equipamento de Protecção Individual (EPI) próximos e acessíveis.»

O uso ilegal dos produtos fitofarmacêuticos tem implicações na saúde humana e na qualidade do ambiente. Alertar para esses perigos foi o objectivo da intervenção de Paulo Cruz. Este responsável da Anipla sublinhou «não ser fácil identificar as falsificações», mas alertou para «símbolos e rótulos colocados nas embalagens» que serão diferentes no original e na falsificação. As dificuldades de identificar os produtos ilegais são «muitas», por isso «o cumprimento da lei é da responsabilidade de todos: indústria, utilizadores, distribuidores e autoridades». 🍎